



CLIPPING INTERNET
07/08/2021 ATÉ 07/08/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	CEMULHER	
	2.1 BLOG JOEL JACINTO.....	2 3
	2.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4

Lei Maria da Penha completa 15 anos neste sábado

Data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres

São Luís - O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) - faz alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, celebrados neste sábado (7).

A data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. “É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, a CEMULHER do TJMA trabalha, incansavelmente, para divulgar a legislação junto à população e facilitar o acesso à justiça as mulheres que sofrem violência. Com esse intuito, o órgão promove diversas ações e campanhas educativas com vistas a conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ressaltou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, pontuou.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que a sanção da lei, em 2006, proporcionou um enfrentamento mais efetivo à violência doméstica e conclamou a sociedade para essa luta diária. “A chegada da Lei Maria da Penha nos possibilitou um combate mais efetivo a essa violência, que é inconcebível ainda existir nos dias de hoje! Todos nós precisamos lutar, diariamente, contra essa chaga que assola a nossa sociedade”, pontuou.

Dados

De acordo com levantamento enviado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, o Poder Judiciário do Maranhão já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, desde o ano de 2006 até o dia 27 de julho de 2021, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Desse universo, no período de 2017 a 2021 (julho), ingressaram 53.628 pedidos na Justiça. Desse total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas; 863 revogadas; e 1.378 não concedidas. Só neste ano, o Poder Judiciário

estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência, até o dia 27 de julho.

Em relação a crimes de feminicídio (homicídio de mulheres com base em violência doméstica ou discriminação de gênero), foram 48 casos registrados em 2019; 60 em 2020; e 28 neste ano.

Casa Abrigo

Implantada em 1999, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, a Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência doméstica, seus filhos e filhas. A instituição oferece, ainda, capacitação profissional como forma de promover a geração de trabalho e renda, além de atendimento psicossocial e de saúde.

Maria da Penha

A Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada de Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense Maria da Penha, cujo marido tentou matá-la duas vezes e, que desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A luta jurídica, política e histórica travada pela cearense - sobrevivente de violência doméstica - por proteção e pela punição do seu agressor culminou com a sanção da Lei.

Seu caso ganhou repercussão internacional, chegando até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Continue lendo em: <https://www.joeljacintho.com.br/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-neste-sabado/>

Lei Maria da Penha completa 15 anos neste sábado

Data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres

São Luís - O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA) - faz alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, celebrados neste sábado (7).

A data representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. “É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Para garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, a CEMULHER do TJMA trabalha, incansavelmente, para divulgar a legislação junto à população e facilitar o acesso à justiça as mulheres que sofrem violência. Com esse intuito, o órgão promove diversas ações e campanhas educativas com vistas a conscientizar a sociedade sobre a importância da prevenção e do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, ressaltou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

“O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, pontuou.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que a sanção da lei, em 2006, proporcionou um enfrentamento mais efetivo à violência doméstica e conclamou a sociedade para essa luta diária. “A chegada da Lei Maria da Penha nos possibilitou um combate mais efetivo a essa violência, que é inconcebível ainda existir nos dias de hoje! Todos nós precisamos lutar, diariamente, contra essa chaga que assola a nossa sociedade”, pontuou.

Dados

De acordo com levantamento enviado pela Coordenadoria Estadual da Mulher do TJMA, o Poder Judiciário do Maranhão já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, desde o ano de 2006 até o dia 27 de julho de 2021, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Desse universo, no período de 2017 a 2021 (julho), ingressaram 53.628 pedidos na Justiça. Desse total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas; 863 revogadas; e 1.378 não concedidas. Só neste ano, o Poder Judiciário

estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência, até o dia 27 de julho.

Em relação a crimes de feminicídio (homicídio de mulheres com base em violência doméstica ou discriminação de gênero), foram 48 casos registrados em 2019; 60 em 2020; e 28 neste ano.

Casa Abrigo

Implantada em 1999, na gestão do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, a Casa Abrigo atende mulheres vítimas de violência doméstica, seus filhos e filhas. A instituição oferece, ainda, capacitação profissional como forma de promover a geração de trabalho e renda, além de atendimento psicossocial e de saúde.

Maria da Penha

A Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada de Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense Maria da Penha, cujo marido tentou matá-la duas vezes e, que desde então, se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

A luta jurídica, política e histórica travada pela cearense - sobrevivente de violência doméstica - por proteção e pela punição do seu agressor culminou com a sanção da Lei.

Seu caso ganhou repercussão internacional, chegando até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Continue lendo em: <https://www.joeljacintho.com.br/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-neste-sabado/>

Lei Maria da Penha faz 15 anos com números altos de violência

Este ano já ocorreram 28 feminicídios no Maranhão e, segundo a Coordenadoria da Mulher do TJMA, desde 2006 até julho deste ano, a Justiça já recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas

Lei Maria da Penha faz 15 anos com números altos de violência

Este ano, a Justiça Estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas (Divulgação)

São Luís - A Lei Maria da Penha nº 11.340/06 completa 15 anos de vigência neste sábado (7). Ela é considerada um dispositivo judicial poderoso contra atrocidades cometidas por homens, em desfavor de mulheres, mas a quantidade de ocorrências de violência doméstica continua alta no país, não sendo diferente no Maranhão.

Segundo a Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desde o ano de 2006, época em que foi sancionada a Lei Maria da Penha, até o último dia 27, o Poder Judiciário recebeu 82.588 pedidos de medidas protetivas de urgência, conforme relatório de movimentação processual extraído dos sistemas Themis PG e Processo Judicial eletrônico (PJe), pela Diretoria de Informática e Autuação do Tribunal.

Somente de 2017 a julho de 2021, ingressaram 53.628 pedidos no Poder Judiciário. Deste total, foram concedidas 46.311 medidas protetivas, 863 revogadas e 1.378 não foram concedidas. Este ano, a Justiça Estadual já recebeu 7.901 pedidos de medidas protetivas de urgência.

Mortes

Em relação a registro de mortes de mulheres, no Maranhão, de acordo com o Monitor da Violência, 101 mulheres foram assassinadas a tiros ou por arma branca no decorrer do ano de 2018, entre estes casos, 45 foram tipificados pela polícia como feminicídio. Em 2019, 102 mulheres mortas e, deste total, 51 foram casos feminicídio. No ano de 2020, houve o registro de 60 feminicídios em todo o estado e 28 neste ano.

Durante o primeiro fim de semana deste mês ocorreram dois feminicídios no interior do estado. Um dos casos foi no dia 1º, no povoado Ponto da Negra, em Grajaú e teve como vítima Chayane, de 19 anos, que estava gestante. O principal suspeito é o companheiro dela, identificado como Maycon de Sousa Sales, de 25 anos, que já foi preso.

De acordo com a polícia, no dia do ato criminoso, Maycon Sales pegou uma espingarda e efetuou um tiro no olho da companheira como também baleou o sobrinho da vítima. Chayane estava sentada quando foi baleada e morreu no local. A outra vítima foi levada pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e levada para o hospital da cidade onde passou por tratamento cirúrgico.

No sábado, 31, Fabiano de Sousa Ribeiro, de 31 anos foi preso em flagrante suspeito de ter assassinado a golpes de faca a própria esposa, identificada como Tâmara Taís Ribeiro, idade não revelada. O crime ocorreu na residência do casal, em Fortaleza do Nogueiras, e a vítima foi assassinada a golpes de faca no pescoço.

Marco histórico

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, declarou que a data 7 de agosto representa um marco histórico na luta pela garantia de direitos das mulheres. "É uma oportunidade de reflexão sobre os avanços

conquistados e os inúmeros desafios ainda a serem enfrentados, em virtude dos alarmantes e crescentes índices de violência contra a mulher, no país e no Maranhão”, disse Lourival Serejo.

O presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, frisou a relevância social da data e enfatizou a luta empenhada pela Justiça maranhense, ao longo dos anos, no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. “O Poder Judiciário do Maranhão, antes mesmo da Lei Maria da Penha, já vivenciava o enfrentamento da violência doméstica. A Casa Abrigo, por exemplo, foi criada em 1999, durante a gestão do desembargador Jorge Rachid. Desde aquela época, já realizávamos eventos com panfletagens sobre a legislação”, ressaltou o desembargador.

Em alusão aos 15 anos da Lei Maria da Penha, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA, em parceria com a Igreja Santo Antônio de Pádua, promove neste sábado, 7, o Pedal da Família, às 16h. O evento integra a Semana da Família, com o tema “Alegria do amor na família”. A largada acontecerá da Igreja Santo Antônio de Pádua, no bairro Cohajap.

Agosto Lilás

O Ministério Público, no próximo dia 9, vai lançar a campanha Agosto Lilás, que tem como objetivo principal promover o enfrentamento da violência contra a mulher. Em formato virtual, serão apresentadas duas palestras sobre a temática, com transmissão pelo canal da Escola Superior do MPMA no Youtube.

Continue lendo

em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/07/lei-maria-da-penha-faz-15-anos-com-numeros-altos-de-violencia/>

Judiciário discute avanço do Projeto de Modernização da Gestão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, reuniu-se nessa quinta-feira (5) com consultores do Grupo Falconi e membros dos Comitês Deliberativo e Executivo vinculados ao "Projeto de Modernização da Gestão Estratégica com foco em eficiência e resultados", para tratar sobre o avanço do projeto no âmbito do Judiciário maranhense. Participaram da reunião virtual os juízes Ângelo Santos, coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do TJMA; Raimundo Bogéa, auxiliar da Presidência; e Nilo Ribeiro, auxiliar da Corregedoria; além de diretores e diretoras do Tribunal de Justiça.

O consultor Flausino Faria fez a apresentação sobre as etapas já cumpridas e em andamento no âmbito do projeto - que é dividido em frentes de trabalho, contemplando a definição das prioridades do Tribunal, por meio da revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026, em conformidade com os macrodesafios e indicadores dispostos na Resolução Nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fase concluída no mês de junho de 2021 com a aprovação do Planejamento pelo Plenário da Corte e elaboração e validação do Mapa Estratégico.

A Revisão da Estratégia contou com a participação e envolvimento de mais de 60 magistrados, magistradas, servidores e servidoras, sendo priorizados 43 projetos estratégicos, que serão mensurados e controlados por 68 indicadores. A etapa foi realizada com a formação de 15 grupos de trabalho, análise de 21 Questões Estratégicas e mais de 60 horas de trabalho dos grupos. Durante o mês de agosto, será iniciado o processo de definição dos Líderes, Sponsor e Equipe dos projetos priorizados para os anos de 2021 e 2022.

A Resolução Nº 44/2021 estabeleceu diversas opções estratégicas relacionadas aos seguintes macrodesafios do Poder Judiciário: garantia dos direitos fundamentais; fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade; agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais; prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos; consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios; promoção da sustentabilidade; aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal; aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; aperfeiçoamento da gestão de pessoas; fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados; e aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.

GESTÃO FINANCEIRA

O projeto também envolve a gestão de receitas e despesas, que objetiva promover a geração de recursos para viabilizar as melhorias planejadas através da efficientização da arrecadação e de seus processos, bem como otimização das despesas das Diretorias e Comarcas, com ações de melhoria nas estruturas de trabalho, sistemas, pessoas e processos que alavanquem os principais resultados e possibilitem maior investimento.

DESPESAS

Em relação às despesas, o consultor explicou que o trabalho consiste na otimização das despesas das Diretorias e Comarcas, com ações de melhoria nas estruturas de trabalho, sistemas, pessoas e processos que alavanquem os principais resultados e possibilitem maior investimento. Prevista para ser concluída no mês de outubro com a divulgação dos padrões corporativos e dos planos de ação, também envolve o mapeamento das despesas correntes; a validação da meta e objetivos; definição dos pacotes de despesa e dos líderes de pacote e gestores técnicos -fases já concluídas.

Atualmente, o projeto trabalha na coleta dos parâmetros gerais e estrutura de desdobramento das despesas até as comarcas; definição das metas preliminares e oportunidades de redução de despesas; e preparação dos materiais e negociação das metas com as Comarcas e Diretorias, envolvendo redução de gastos com Recursos Humanos; Serviços Terceirizados; TI e Comunicações; Utilidades; Infraestrutura; Transporte; Material de Consumo e Permanente; Serviços Bancários e Auxílios e Serviços Médicos, Comunicação e Viagens. "Após estabelecida a meta global de despesa, a Frente avançou na estruturação do Gerenciamento Cruzado, o que permite que os gastos sejam analisados na visão das Unidades (unidades administrativas, comarcas) e na visão do Pacote (agrupamento de rubricas)", informou o consultor.

RECEITAS

De acordo com a empresa de consultoria técnica, o objetivo da Frente de Gestão da Receita é auxiliar na autonomia financeira do Tribunal de Justiça, promovendo o aumento da eficiência de arrecadação e gerenciamento das fontes de receitas, mediante Projetos de Melhoria a serem desenvolvidos na Justiça maranhense. Foi definida uma meta de aumento de 5,5% da receita priorizada em 2020, a partir da conclusão dos projetos - ao final de 12 meses da implantação. "Nos 8 workshops realizados com o grupo de trabalho, foram agrupados 44 problemas, riscos ou desconexões que impactam na receita do TJMA", informou.

Continue lendo em: <https://omaranhense.com/judiciario-discute-avanco-do-projeto-de-modernizacao-da-gestao/>